Título: Taxa de desemprego deve aumentar em 2021, diz secretário de Guedes
Veículo: Folha de S. Paulo
Página: A19
Colunista: Fábio Pupo

Tiragem: 307.608
Data: 29/10/2020

Taxa de desemprego deve aumentar em 2021, diz secretário de Guedes

Sachsida afirma que aumento de preços não preocupa e chama inflação de localizada

Fábio Pupo

BRASÍLIA O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou nesta quarta-feira (28) que os dados de desemprego devem mostrar elevação em 2021 refletindo a maior busca por trabalho com a reabertura de atividades.

Segundo ele, os números devem aumentar mesmo que haja mais contratações. O motivo, disse, estaria na metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera como desempregado somente quem está, de fato, procurando trabalho.

"Muitas pessoas perderam emprego e não estavam procurando porque a cidade estava fechada. Então estavam desempregadas, mas não apareciam na pesquisa", afirmou em encontro virtual com representantes do banco Safra.

"No ano que vem vai acontecer o oposto, o desemprego real vai cair mas as variáveis vão subir", disse. "A economia reabre, as pessoas passam a procurar emprego, algumas vão encontrar e, por isso, o desemprego real cai. Mas, como tem mais gente procurando, a variável taxa de desemprego vai aumentar", afirmou.

A busca por vagas já se vê nos dados. A taxa de desemprego foi de 13,6% em agosto a 14% em setembro, maior da série histórica da Pnad Covid, pesquisa criada pelo IBGE para mensurar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho e na saúde dos brasileiros.

Para os técnicos do IBGE, o crescimento se dá em função tanto das pessoas que perderam suas ocupações, quanto das que começam a sair do distanciamento social e voltam a pressionar o mercado.

Sachsida lembrou que uma das estratégias do governo para evitar demissões foi o programa que permitiu cortes de jornada e salário ou suspensão de contratos de trabalho.

O governo quer que o programa sirva de respiro para as empresas quando as atividades forem retomadas após os efeitos mais severos da pandemia do coronavírus no país.

O secretário afirmou que é preciso rever regras do trabalho. E que uma redução de 10% no custo de contratação poderia levar a aumento de 3% no emprego formal. Se a redução se der na baixa qualificação, a alta seria de 8%.

Ele comentou ainda a pressão inflacionária vista durante a pandemia. Afirmou que o aumento de preços não preocupa e chamou o movimento de localizado e transitório.

"Quando você olha expectativas para este ano e os próximos, a inflação está totalmente sob controle. Inflação não é um problema", completou ele, avaliando o trabalho do Banco Central como excepcional.

Pelas contas do secretário, ainda há R$ 138 bilhões para entrar na economia até o final de 2020 devido a medidas como o saque emergencial do FGTS e as parcelas restantes do auxílio emergencial.

"Quando olhamos dados de distanciamento social, nossas projeções indicam que em meados de dezembro vamos retomar o padrão de distanciamento social de fevereiro."

Ele afirmou que sua equipe encontrou uma correlação histórica entre um clima mais quente e a maior circulação de pessoas. Além disso, ele afirma que diferentes estados estariam próximos a uma imunidade de rebanho caso seja considerada uma taxa de infecção de 20% da população.

Os dados levantados pela pasta, segundo ele, não servem para traçar políticas de saúde, mas indicam que poderia haver um retorno seguro ao trabalho no fim do ano.

No entanto, Sachsida não comentou (e não foi questionado) sobre a possibilidade de novas ondas de Covid-19, a exemplo do que ocorre atualmente em países da Europa.

Sachsida ainda disse que o governo trabalha para desenvolver o mercado de crédito de carbono e para impulsionar o mercado de crédito e seguro privado para o agronegócio.

RJ pede ajuda a Bolsonaro e avalia ir à Justiça contra dívida

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PSC), foi ao Palácio do Planalto nesta quarta-feira (28) pedir ajuda ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na aprovação da prorrogação do regime de recuperação fiscal.

Se não encontrar solução, Castro disse ter informado a Bolsonaro que recorrerá à Justiça para suspender o pagamento da dívida do estado com a União.

"Falamos da dificuldade deste regime que está hoje. Apesar dele ter ajudado muito o Rio, a próxima etapa é uma fase queo Rio ainda não está preparado para seguir", disse Castro após o encontro com Bolsonaro, referindo-se a uma prorrogação do regime até 2023.

O regime de recuperação fiscal,assinado em 2017, no governo Michel Temer (MDB), previa medidas para que o governo economizasse bilhões e suspendeu o pagamento da dívida do estado com a União.

Em setembro, Castro entregou a Paulo Guedes (Economia) um pedido de prorrogação do regime. À época, disse que enquanto durasse a análise do pedido, de quatro a seis meses, o acordo permaneceria em vigor.

Castro disse ter pedido a Bolsonaro empenho na aprovação de um projeto que está na Câmara que amplia para 10 anos o prazo do regime de recuperação fiscal. "O Rio não sobrevive sem auxílio do governo", disse.

Ele afirmou que a aprovação do projeto é a pauta prioritária, mas que a tramitação não é fácil.

"A gente sabe que tem muita briga, muita negociação, mas os estados precisam disso urgente, fechado até o fim do ano. A gente sabe a força que o governo federal tem quando entra para aprovar um projeto."

Caso a aprovação não ocorra, ele afirmou ter dito a Bolsonaro que iria à Justiça. "Outra possibilidade é a judicialização, para que a gente entre, como outros estados, na questão da suspensão do pagamento das dívidas. Vários estados hoje estão suspensos pelo STF", disse Castro.

Nenhum representante do governo federal se manifestou sobre a reunião. Segundo o governador em exercício, Bolsonaro afirmou que "vai ajudar".

Castro afirmou também ter discutido com Bolsonaro sobre a vacina contra Covid-19. Segundo o governador em exercício, a posição do estado é a favor de qualquer imunizante que seja aprovado pela Anvisa.

Castro assumiu o lugar de Wilson Witzel (PSC), afastado pela Assembleia.

Bolsonaro prorroga incentivos para montadoras

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou nesta quarta-feira (28) a lei que prorroga até 2025 incentivos fiscais para fabricantes de veículos e autopeças nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A sanção decorre da conversão em lei de medida provisória editada em junho e aprovada no começo deste mês pelo Congresso.

O texto prevê que as empresas instaladas nas três regiões terão até o próximo dia 31 de outubro para apresentar projetos para novos investimentos, pesquisas e desenvolvimento de produtos.

Contempla ainda a possibilidade de prorrogação do aproveitamento dos créditos presumidos do IPI de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2025 para as empresas nessas regiões.

O benefício ocorre pelo uso de crédito presumido do IPI como ressarcimento das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins.

Na tramitação no Congresso, parlamentares incluíram no texto a extensão do incentivo às empresas no Centro-Oeste. O benefício para as montadoras e demais indústrias do setor na região se encerraria no final deste ano.

Segundo o governo, a sanção da norma é uma iniciativa para amenizar os efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 na economia.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que a sanção permite ao estado disputar investimentos com outras regiões.

"Infelizmente no final do governo [Michel] Temer excluíram o Centro-Oeste dos incentivos fiscais, e hoje o presidente resgata as condições para a região poder ter um tratamento igualitário." **Fábio Pupo e Ricardo Della Coletta**

Cresce preocupação com matéria-prima, diz CNI

SÃO PAULO Os empresários da construção civil no Brasil continuam confiantes na retomada do setor, mas o otimismo agora está estável, após uma sequência de altas desde o mês de maio. O patamar ainda é inferior ao observado antes da pandemia.

Entre os fatores positivos para o segmento, sondagem da CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulgada nesta quarta (28) aponta para a alta da utilização da capacidade instalada, o avanço no nível de atividade e o índice de evolução do emprego, que em setembro teve a maior alta em oito anos.

Do lado oposto, cresceu a importância de problemas como escassez ou alto custo de matéria-prima. No terceiro trimestre, a dificuldade com prazos e preços passou a ser o maior problema do setor para 39,2% das empresas —no trimestre anterior, a questão aparecia em 11º lugar entre as preocupações.

Após insumos, o problema mais apontado por empresários no terceiro trimestre foi a carga tributária, indicada por 28,2% das empresas.

Na comparação entre os dois trimestres, além das dificuldades com os insumos, cresceu o número de companhias do setor que relatam falta ou alto custo de trabalhador qualificado: de 6%, subiu para 10,1%.

A sondagem da CNI considera que o nível de atividade e o número de empregados apontam para a manutenção do ritmo de recuperação da construção civil em setembro.

Setembro também foi bom para a redução da ociosidade. A utilização média da capacidade instalada cresceu dois pontos ante agosto e chegou a 62%. **Fernanda Brigatti**